

ALCIDES WILHELM

# A EFETIVIDADE DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL e a preservação da empresa

Aspectos polêmicos da  
Lei de Recuperação de Empresas  
e Falência (Lei 11.101/05)

1ª Edição - Curitiba - 2020

**Instituto Memória Editora**

**CENTRO DE ESTUDOS DA CONTEMPORANEIDADE**



Editor: Anthony Leahy

Projeto Gráfico: Barbara Franco

Revisão final realizada pelo próprio autor

[www.institutomemoria.com.br](http://www.institutomemoria.com.br)

A presente obra foi aprovada pelo nosso Conselho Científico-Editorial respeitando as diretrizes da Qualis/CAPES, quais sejam, originalidade, relevância, pertinência, embasamento teórico, densidade científica, metodologia e desenvolvimento, inclusive o sistema "double blind review", garantindo a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a plena autonomia do Conselho Editorial, atestando a excelência da obra que apresentamos à sociedade.

### CONSELHO EDITORIAL

Edson Fachin - Reynaldo Soares da Fonseca - Francisco Rezek - Ingo Sarlet - Sidney Guerra - Flávia Piovesan - Valerio Mazzuoli - André de Carvalho Ramos - Wagner Menezes - Felipe Chiarello - Eduardo Arruda Alvim - Nelson Nery Júnior - Ricardo Seitenfus - René Dotti - Luiz Eduardo Gunther - Eduardo Biacchi Gomes - Luis Alexandre Carta Winter - Octavio Fischer - Betina Grupenmacher - Augusto Bonner Cochran III (USA) - Andrea Pitasi (Itália) - Fernando Araujo (Portugal) - Sara Petroccia (Itália)... (verificar, no site, relação completa com qualificação)

**ISBN: 978-85-5523-374-6**

1199333

**WILHELM, A.**

A efetividade da recuperação judicial e a preservação da empresa: aspectos polêmicos da lei de recuperação de empresas e falência (Lei 11.101/05). Alcides Wilhelm. Curitiba: Instituto Memória. Centro de Estudos da Contemporaneidade, 2020.

186 p.

1. Direito Comercial. 2. Direito Empresarial.  
3. Recuperação Judicial. I. Título.

CDD: 340

# SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>25</b>
<b>2</b>	<b>A NECESSIDADE DO ESTADO DE PRESERVAR AS EMPRESAS .....</b>	<b>29</b>
2.1	A IMPORTÂNCIA DA EMPRESA NO DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE .....	30
2.2	A PRESERVAÇÃO DA EMPRESA NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA .....	40
2.2.1	A Preservação da Empresa na Constituição de 1988.....	41
2.2.2	A Preservação da Empresa no Código Civil.....	46
2.2.3	A Preservação da Empresa na Lei de Recuperação de Empresas.....	50
2.2.4	A Preservação da Empresa e as Responsabilidades dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.....	54
2.3	FUNDAMENTOS DA RECUPERAÇÃO DA EMPRESA.....	59
<b>3</b>	<b>A EFETIVIDADE DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL NA PERSPECTIVA DO PRINCÍPIO DA PRESERVAÇÃO DA EMPRESA .....</b>	<b>68</b>
3.1	CRÉDITOS NÃO SUJEITOS À RECUPERAÇÃO JUDICIAL	69
3.1.1	Os Créditos Não Sujeitos à Recuperação e o Princípio da Preservação da Empresa Sob a Ótica da Lei n. 11.101/05...	69
3.1.2	A Lei de Recuperação de Empresas e a Análise Econômica do Direito.....	86
3.2	A NOVAÇÃO DOS CONTRATOS DE MÚTUO NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL E SEUS EFEITOS EM RELAÇÃO AOS COBRIGADOS E AOS VOTOS PARA APROVAÇÃO DO PLANO.....	101

3.2.1	O Contrato de Mútuo e a Novação no Código Civil e na Recuperação Judicial .....	102
3.2.2	A Interpretação do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Quanto à Novação na Recuperação Judicial .....	108
3.2.3	A Melhor Exegese Para a Novação na Recuperação Judicial	114
3.2.3.1	A suspensão dos créditos e da manutenção dos direitos e privilégios contra os devedores solidários .....	114
3.2.3.2	Quanto à novação dos créditos e os seus efeitos em relação aos devedores solidários .....	117
3.3	A PERÍCIA PRÉVIA COMO REQUISITO PARA O DEFERIMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL E A MITIGAÇÃO DO PRINCÍPIO DA PRESERVAÇÃO DA EMPRESA .....	125
3.3.1	Os Limites da Exegese Jurídica.....	125
3.3.2	A Interpretação Jurídica Aplicada à Perícia Prévia Pelos Magistrados – Um Caso de Ativismo Judicial.....	130
3.3.3	A Melhor Exegese da Norma.....	134
3.4	A NECESSIDADE DE VARAS ESPECIALIZADAS .....	149
<b>4</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>171</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>177</b>